



18
67

ATA NÚMERO TRÊS

Aos sete dias do mês de janeiro de 2020, nas instalações do Núcleo de Apoio Técnico do Sul, da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas, sitas na Praceta Engenheiro Duarte Pacheco, 15 - 2º, em Faro, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.ª «Distrito de Beja, Évora, Faro e Portalegre» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviço Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado nesta data em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

Isa Maria Correia Serôdio Gomes, Diretora do Núcleo de Apoio Técnico Sul, da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas;

Vogais:

Angelica Machado de Oliveira, Técnica Superior de Reeducação, Delegação Regional de Reinserção do Sul, Equipa Algarve 2;

Carlos Jorge Baltazar Rosa da Silva, Coordenador da Equipa de Vigilância Eletrónica de Faro.

A presente reunião teve como objetivo:

- 1) Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril;
- 2) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 3) Confirmar a data, hora e local da realização da prova de conhecimentos.

- 1) **Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.**

A presente reunião iniciou-se com a apreciação das alegações trazidas, em sede de audiência de interessados, para o Distrito de Faro, pela candidata Ana Claudia Domingos dos Santos, pelos motivos constantes do ponto ii da alínea b) do ponto 1.3, da ata n.º 2 de 13.12.2019;

A candidata acima mencionada é detentora de um contrato individual de trabalho (CIT) ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e em sede de audiência prévia, veio juntar um acordo coletivo de trabalho celebrado entre entidades públicas empresariais integradas

no Serviço Nacional de Saúde, abrangendo os trabalhadores que desempenham funções correspondentes às carreiras gerais da Administração Pública, pretendendo ser equiparada a um trabalhador com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, com base no referido Acordo Coletivo, e ser admitida ao presente concurso.

Cumpra ao Júri, antes de mais, referir que o Acordo Coletivo de Trabalho apenas é aplicável aos trabalhadores e as Entidades subscritoras do mesmo.

Salienta-se ainda que tal Acordo se destinou a harmonizar as matérias referentes a horários de trabalho, direito à carreira e salários entre trabalhadores, com diferentes tipos de contrato de trabalho (contrato individual de trabalho por tempo indeterminado e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado), e que desempenham funções em entidades públicas empresariais.

Pelo exposto, a equiparação de direitos de tais trabalhadores não lhes altera o tipo de contrato de trabalho detido, nem lhes concede um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Pelo exposto, o júri deliberou, por unanimidade, manter a causa de exclusão e não acolher a pretensão da candidata.

Mais deliberou o Júri excluir, definitivamente, os candidatos de acordo com os fundamentos já expostos, bem como notificá-los, por email, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 10.º, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 31.º, todos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril:

Para o Distrito de Beja

Excluir os seguintes candidatos por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes

Para o Distrito de Évora

Excluir os seguintes candidatos por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Hélder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão



Handwritten signature and initials

- Marisa Clara Pratas dos Santos
- Rui Pedro Batalha Gomes

Para o Distrito de Faro

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Helena Maria Breia Pereira

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Ana Claudia Domingos dos Santos
- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes

Para o Distrito de Portalegre

Excluir os seguintes candidatos por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Hélder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

2) Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

Analisadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.



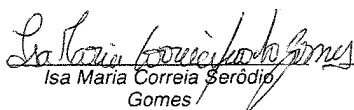
3) Confirmação da data, hora e local da realização método de seleção – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri, por unanimidade, confirmar a deliberação constante da Ata n.º 2, de 13.12.2019, isto é, a prova de conhecimentos encontra-se agendada para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 10:30 horas, que terá lugar nas instalações desta Direcção-Geral, sitas na Rua João Villaret, n.º 227 – R/C, em Évora.

Verificou o júri que alguns dos candidatos são comuns a outras referências do presente concurso, assim, e considerando que a prova de conhecimentos é comum a todas as referências (distritos) deliberou o júri que os referidos candidatos realizam apenas uma prova de conhecimentos, aproveitando-se o resultado da referida prova para as outras referências.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.

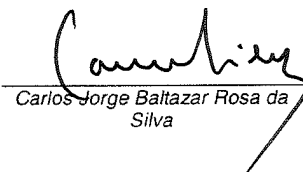
Presidente


Isa Maria Correia Serôdio
Gomes

Vogal


Angelica Machado de Oliveira

Vogal


Carlos Jorge Baltazar Rosa da
Silva